

Berthold Zilly*

A pátria entre paródia, utopia e melancolia

Marginalidade e canonização

Em 1919, o escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto voltava a concorrer, aos 38 anos, à Academia Brasileira de Letras. Era sua segunda tentativa de ingressar na instituição cultural mais prestigiosa de seu país, fundada duas décadas antes por Machado de Assis, segundo o modelo da Académie Française. Vários de seus textos em prosa, especialmente o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, já tinham sido elogiados por críticos importantes, não restando portanto dúvidas acerca do mérito literário do candidato. Entre tantas decepções sociais na vida de Lima Barreto, a segunda recusa da Academia provavelmente nem chegou a surpreender.

Tanto a candidatura como o seu indeferimento remetem à posição ambígua do escritor com respeito ao *establishment*, ao qual ele pertencia estando ao mesmo tempo à margem. Apesar de lhe concederem uma certa projeção como jornalista e escritor, as instituições culturais o mantinham à distância, ao passo que ele, mesmo parodiando e ridicularizando-as, nunca deixou de esperar um

* Berthold Zilly é professor do Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim.

reconhecimento oficial. Tomava os estatutos, regulamentos e princípios das entidades culturais ao pé da letra, levando-as por vezes mais a sério do que seus próprios membros. Combinando, apesar das desilusões, uma boa dose de otimismo com sua típica falta de cinismo, e talvez uma certa ingenuidade, ele acreditava que uma academia de letras tivesse que incentivar a vida literária e intelectual, integrando homens de letras, a serem selecionados de acordo com méritos literários. Avaliava instituições e pessoas nas áreas cultural, política e jurídica segundo os critérios estabelecidos por elas mesmas – uma postura típica de moralistas e autores satíricos. O papel representativo, oficial e quase estatal que ele criticava na Academia foi justamente o que levou seus membros a recusar um colega relativamente jovem, tido como boêmio e inadaptado, cuja conduta, modo de pensar, estilo de vida e de escrita não correspondiam à imagem de um escritor *comme il faut*, respeitador das conveniências, digno do prestígio da categoria e merecedor de consagração. A ambição de usar o talento literário como meio de ascensão social entrava em conflito com sua honestidade e incorruptibilidade – um dilema que Lima Barreto tratou em seu primeiro romance, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909). Orgulhoso de sua origem modesta e da descendência dos seus avós, antigos escravos, o seu objetivo era expressar “os sofrimentos e sonhos do povo” (Barbosa, 1952; 1964), compreendendo sua vida e obra como um “contínuo protesto contra toda e qualquer injustiça” (idem). Ele não deixava escapar nenhuma oportunidade de denunciar os desmandos sociais e ridicularizar os responsáveis, dando mais valor à radical veracidade do que ao refinamento de linguagem e composição.¹

Quem entrar numa livraria hoje em dia e pedir alguma obra de um antigo membro da Academia provavelmente deixará o vendedor perplexo. Afinal, muitos dos escritores que consideravam Lima Barreto indigno de ingressar,

¹ Sobre a avaliação estética da obra limabarretiana, não há unanimidade, naturalmente, na crítica, mas são freqüentes certas reticências quanto à elaboração formal, que teria sido prejudicada pela militância antiacademista e pela sátira da superficialidade das modas literárias da época. Esta visão crítica excetua apenas alguns poucos textos, sobretudo Policarpo Quaresma. Ver Candido (1997: 551).

em 1919, em seu ilustre círculo já caíram em absoluto esquecimento há décadas – isso, sem falar de outros acadêmicos que nem eram literatos, mas figurões com veleidades beletristas: políticos, donos e vedetes de jornais, ou gerais. Os livros e antologias de contos do antigo subversor e *outsider* Lima Barreto podem ser encontrados, por sua vez, em qualquer livraria e biblioteca, principalmente *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Este romance, transcendendo o âmbito estritamente literário, ingressou, desde a edição organizada por Francisco de Assis Barbosa nos anos 50, no cânone nacional daquelas obras básicas, quase fundacionais, que são consideradas indispensáveis para o Brasil compreender a si mesmo. Pertence a uma biblioteca canônica de livros ficcionais, ensaísticos e acadêmicos, como, por exemplo, *O Guarani* e *Iracema*, de José de Alencar (1857 e 1865, respectivamente), *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1880), *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902), *Macunaíma*, de Mário de Andrade (1928), *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda (1936), *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1938), *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (1956), *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido (1959), ou *Carnavais, Malandros e Heróis*, de Roberto da Matta (1982). *Policarpo Quaresma* é leitura escolar, fonte de adaptações teatrais (Abreu, 1996), objeto de inúmeros estudos acadêmicos e ensaios jornalísticos, volume de coleções representativas, como a *Biblioteca Ayacucho*, uma seleção de obras-chave da literatura latino-americana, exemplarmente comentadas, ou a *Colección Archivos*, da Unesco, uma coletânea de edições críticas de textos representativos das letras ibéricas, acompanhadas de ensaios elucidativos. A edição de *Policarpo Quaresma* em língua alemã, publicada em 2001 pela editora Ammann, de Zurique, amplia a lista de traduções para numerosos idiomas.

Em 1998, o romance foi adaptado para o cinema pelo diretor Paulo Thiago, numa versão bastante peculiar, mas digna de ser vista. *Policarpo Quaresma – herói do Brasil*: o título do filme já estabelece um contraponto com o romance de Mário de Andrade, *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter*, filmado por Joaquim Pedro da Andrade no fim da década de 60, sob o signo do Tropicalismo.

Ao contrário do malandro Macunaíma, o anti-herói de Lima Barreto – como o de Paulo Thiago – tem caráter demais, numa sociedade sem nenhum caráter. Com certeza, há muito do próprio escritor nesse personagem. Remetendo-se a um episódio da vida do autor, uma das primeiras cenas do filme mostra o protagonista como membro de um júri, apurando o homicídio cometido por um militar na chamada primavera de sangue, em 1909, apesar de o enredo do romance se passar nos anos 90 do século XIX.

Graças ao *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto foi bastante discutido e celebrado como redescobridor do país no ano 2000, por ocasião da comemoração dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil pelo navegador português Cabral. De fato, o Brasil – com sua história, sua cultura, suas excelências, mas também suas mazelas, seus desmandos e os possíveis meios de combatê-los – é o tema central do romance, o principal interesse do herói e a maior preocupação do autor. No personagem risível e simpático de Policarpo e em sua vã busca por uma pátria verdadeira, a indagação do Brasil é – por sua vez – indagada criticamente por Lima Barreto que estimula desse modo uma auto-reflexão metacrítica acerca do caráter e dos destinos da nação. O enredo questiona e desmonta não só determinadas definições da brasilidade, mas qualquer tentativa de definição unívoca. Não só os resultados da busca pela essência do Brasil, mas a própria busca revela-se uma quimera.

A vida de um literato no Rio de Janeiro da belle époque

A vida de Afonso Henriques de Lima Barreto sugere uma comparação com a de Machado de Assis (1839-1908), até hoje o decano dos prosadores brasileiros, nascido quase duas gerações antes, mas ainda vivo quando o mais jovem publicou seu primeiro romance, o já mencionado *Isaías Caminha*. Como Machado, ele era mulato provindo das classes subalternas da sociedade carioca, entre o operariado e a baixa pequena burguesia. Ele também se tornaria cronista de sua cidade, capital do Brasil até 1960. Como Machado de Assis, ele teve que conviver com sua própria instabilidade psíquica, tematizando reiteradamente o limite tênue entre loucura e razão. Pelo menos durante a juventude, ele também

recebeu de bom grado a proteção de políticos influentes. Assim como Machado e a maioria dos escritores brasileiros, ele iniciou sua carreira literária na imprensa, escrevendo sobretudo crônicas, gênero cambiante entre jornalismo, memorialismo, ensaio e ficção. Como Machado, o pai de Lima Barreto era prelista, tornando-se tipógrafo graças à sua competência e aos favores do ministro do Império Afonso Celso, mais conhecido como Visconde de Ouro Preto. É a ele, seu padrinho, que o futuro escritor deve em parte seu prenome duplo, que também remete ao primeiro rei de Portugal. Isso não impediu Lima Barreto de parodiar implicitamente, no *Policarpo Quaresma*, o opúsculo patrioteiro de Afonso Celso, filho de seu protetor, intitulado *Por que me ufano do meu país?* (1901), livro muito popular no começo do século XX e traduzido para diversas línguas, dando origem ao termo *ufanismo*.² Embora tivesse posições radicalmente democráticas, quase anarquistas, e simpatizasse com a Revolução Bolchevista de 1917, Afonso Henriques manteria sua tendência monarquista a vida toda.

Apesar de provirem de camadas semelhantes, Machado de Assis e Lima Barreto seguiriam caminhos diferentes. A façanha do primeiro – inscrever-se na elite de seu país, denunciando seus egoísmos, dissimulações e imposturas, combinando magistralmente um tom cortês e clássico com o teor impiedoso de sua crítica sarcástica e mordaz – não foi o caminho de Lima Barreto, que sempre manteve uma atitude entre plebéia e pequeno-burguesa. Sua ambição não era pertencer à nata da sociedade, mas sim ao círculo dos autores formadores da opinião pública e do estilo literário. Entretanto, essa dissociação se mostrou

² Acerca do ufanismo, ver Martins (1978: 146 e ss). Por volta de 1911, publicaram-se diversos textos sobre o que mais tarde se chamaria de identidade nacional, sobre os destinos da nação entre as suas tradições e sua inevitável modernização. Outra referência do patriotismo de Policarpo, também implícita, mas reconhecível, são os escritos de Alberto Torres, com *O Problema Nacional Brasileiro*, de 1914. A respeito da inserção do Policarpo Quaresma na cena literária e ideológica da época, ver Martins, 1978. O tipo do patriota exaltado que quer valorizar e desenvolver a pátria através do cultivo do espírito e do solo nacionais encontra correspondência não só nos livros, mas também em personagens reais, como Euclides da Cunha, que tentou ser agricultor durante breve tempo, e sobretudo Monteiro Lobato, antes de tornar-se escritor e editor – inclusive de algumas obras de Lima Barreto (cf. *idem*).

praticamente inviável, considerando-se a estreita interdependência entre as elites social e cultural.

O sucesso literário não era realmente o destino do jovem Lima Barreto. Órfão, aos quatro anos, da mãe que dirigia uma pequena escola primária, era o mais velho de quatro filhos de um tipógrafo demitido pelos republicanos de 1889, por causa de sua proximidade com os políticos do Império. No entanto, graças à ajuda de seu protetor, teve a chance de frequentar boas escolas, conseguindo passar no vestibular da Escola Politécnica. Ao lado das poucas faculdades de Medicina e de Direito, dos seminários de padres e da Escola Militar, o curso de Engenharia nas Escolas Politécnicas do Rio e de São Paulo era uma das poucas possibilidades de formação acadêmica no Brasil daquela época, talvez até a mais moderna. Apesar de ter amigos entre os estudantes – a um deles, o posterior engenheiro civil João Luís Ferreira, ele viria a dedicar *Policarpo Quaresma* –, Lima Barreto se sentia discriminado no meio universitário por sua origem inferior e sua condição de mulato. Além disso, devido à sua inclinação pela literatura e pelo jornalismo, ele se dedicou a leituras obsessivas, relegando para segundo plano os estudos que poderiam lhe ter garantido uma carreira bem remunerada e de prestígio social.

Naquela época, poucos anos após a Abolição tardia, de 1888, a cor negra significava proximidade dos antigos párias, indicando um status social humilde. Sobretudo para as pessoas sem posses, todo esforço era pouco para se distanciar dessa origem: vestir-se e comportar-se de acordo com a etiqueta, silenciar obstinadamente o preconceito racial e, se possível, casar com uma mulher branca, como o fizeram Machado de Assis ou, no século XX, o jogador de futebol e posterior ministro Pelé. Como muitas pessoas não brancas no Brasil até hoje, Lima Barreto reclamava de ser tido às vezes por servidor subalterno, como porteiro ou contínuo, confessando certa vez em seu diário: “É triste não ser branco” (Barbosa, 1952; 1964: 136)

Em 1902, justamente quando começava a escrever, Lima Barreto foi obrigado a abandonar definitivamente os estudos acadêmicos. Após a invalidez do pai, em decorrência de uma doença mental, Afonso Henriques assumiu o papel de chefe

de família, aos 21 anos, vendo-se obrigado a tomar conta dos seus três irmãos mais novos. Conseguiu um emprego como funcionário no Ministério da Guerra, um posto inferior ao do herói do seu romance, um ganha-pão indesejado, que lhe garantia – no entanto – uma modesta segurança financeira e tempo para escrever, pois ele trabalhava, como o Major Quaresma, diariamente das 10 às 15 horas, passando depois numa redação de jornal ou num dos cafés, pontos de encontro da intelectualidade carioca.

Acompanhado do pai, dos irmãos e do velho criado Manuel Oliveira, o jovem funcionário público mudou-se para o subúrbio de Todos os Santos, na Zona Norte do Rio, onde vivia e ainda vive a população menos favorecida da cidade. “O subúrbio é o refúgio dos infelizes”: a frase do personagem de um de seus romances poderia se aplicar ao próprio autor. Todos os dias ele pegava o trem de subúrbio até a estação Dom Pedro II, hoje Central do Brasil, seguindo a pé o resto do caminho até a sua repartição. Ele achava por vezes deprimente voltar à noite para o seu bairro, confrontar-se com problemas domésticos, comer apressadamente um prato requentado, para enfim poder se dedicar aos queridos livros, muitos dos quais também faziam parte da biblioteca de Policarpo. Ele costumava, algumas vezes, voltar para casa mais tarde de propósito, para não ter que aturar o que ele interpretava como o olhar de superioridade dos burgueses de subúrbio, mais bem vestidos do que ele. No entanto, dificilmente conseguia escapar dos constantes gritos do seu pai ensandecido.

Com sua obra, Lima Barreto prestou homenagem às pessoas humildes e até às mais abastadas do subúrbio – aquela fauna humana que satirizou com tanto carinho – entre as quais, contudo, ele não deixava de se sentir solitário, pois elas mal reconheciam seu talento literário e não pertenciam ao seu público leitor. Neste sentido, seu personagem Ricardo Coração dos Outros teve mais sorte, pois chegou pelo menos a ouvir uma lavadeira negra cantar suas rimas e melodias. O contraste entre personagens literários e leitores, entre o ambiente popular fictício e o público real de classe média-alta, um fenômeno típico da literatura latino-americana engajada, geralmente qualificado como heterogeneidade cultural, também caracteriza Lima Barreto. As pessoas que ganharam vida e voz

em sua obra pertenciam àquele “mar de analfabetos”, ao qual o poeta elitista Olavo Bilac – parnasiano e patrioteiro, embora de certa popularidade, e até hoje autor escolar – se referia com desprezo. Não é à toa que o cantor popular de Lima Barreto, com o nome eloquente de Ricardo Coração dos Outros, critica Bilac, acusando-o de não entender nada do gênero sentimental e popular da modinha.

O funcionalismo público não era apenas uma tortura para o nosso escritor. Pelo menos nos primeiros anos de carreira, esse jovem com talento para escrita e formação eclética cumpriu as tarefas burocráticas sem decepcionar seus superiores, apesar da caligrafia imperfeita. De certa forma, ele soube conciliar as responsabilidades familiares e profissionais com a vida boêmia de literato. Enquanto exerceu sua função de funcionário público, sempre se sentiu obrigado a assegurar uma certa lealdade ao Exército e ao governo.

Lima Barreto oscilava entre o descomprometimento da boemia e o convencionalismo dos escritores acadêmicos. Ele se voltou contra o institucionalismo cultural da *belle époque*, que encarava a literatura sobretudo como ornamento e decoração, como o “sorriso da sociedade”, conforme formulou Afrânio Peixoto, um dos mais famosos escritores em moda na época, hoje praticamente esquecido: literatura como a cereja em cima do bolo a ser deliciado apenas por uma elite. Lima Barreto, por sua vez, condenava a literatura vigente como literatura da classe dominante. Apesar de uma certa injustiça com alguns escritores contemporâneos, ignorados por ele (como Euclides da Cunha, descobridor literário do sertão brasileiro), Lima Barreto não deixava de ter razão. Nas duas primeiras décadas do século XX, durante o Pré-Modernismo, isto é, entre a publicação das duas últimas grandes obras de Machado de Assis e a Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, a literatura brasileira produziu bastante epigonismo, exercícios academicistas, vocabulário rebuscado e sintaxe preciosa, ornamentações lingüísticas e brincadeiras formais, ou seja, arte como representação e espelho de elites narcisistas. A cultura, a literatura, as artes eram usadas e abusadas pelas elites para a manifestação de diferenças sociais, para simbolizar o *status*,

como instrumentos da segregação social.³ Na visão de Lima Barreto, porém, a literatura devia unir as pessoas, as classes, as nações, falando, em primeiro lugar, da cidade, do país e da vida dos leitores para os quais devia ser escrita. Os intelectuais mais influentes da Velha República, ao contrário, voltavam o seu olhar para Europa como se fossem expatriados, como se tivessem vergonha de seu próprio país, que eles ainda pretendiam equiparar ao Velho Continente o mais rápido possível. “Só a Europa nos interessava. Era a Terra Prometida dos nossos sonhos” – confessaria posteriormente o ensaísta Paulo Prado, barão do café e mecenas dos modernistas.

Ao denunciar o culto ao belo como tentativa de encobrir a pobreza e as injustiças sociais, Lima Barreto não professou nem a estética do feio, nem o realismo socialista (que nem sequer existia), nem a estética do choque e nem o *épater le bourgeois* típico das vanguardas iconoclastas, inclusive do nascente Modernismo. Na verdade, ele apenas se manteve fiel ao modelo do romance realista e naturalista do final do século XIX, cuidando de desenvolvê-lo. Ele conseguiu resgatar as tradições cômicas, carnavalescas e picarescas da cultura popular, associando-as – por um lado – ao austero *J'accuse* de um Zola e – por outro – a uma visão neo-romântica e elegíaca da natureza, da cidade e do ser humano. Ele propagou o uso literário da linguagem coloquial, principalmente no discurso direto dos personagens do povo, cujo registro se diferencia conforme a posição social e o caráter de cada um. Se o narrador emprega um estilo correto e lhalano, de acordo com a norma culta da época, também tende a ser despretensioso e até descontraído, incluindo vez por outra elementos lexicais ou sintáticos da língua falada de pessoas cultas. Em muitos trechos, o autor fez uso do discurso indireto livre, aproximando o narrador letrado da fala de seus personagens, inclusive do povo, sem condescendências nem distanciamentos, e criando linguagens intermediárias entre a fala e a escrita, discurso direto e discurso do narrador. Tanto o seu gesto antipurista

³ Bourdieu analisou, de modo especial, o papel do consumo de bens culturais para a exibição de distinções sociais. Lima Barreto é contra o uso e abuso da cultura, das artes, da literatura para a manifestação de diferenças sociais, ou seja, como instrumento da segregação social. Na sua visão a literatura devia unir as pessoas, as classes e as nações.

e antiacadêmico no estilo, como a vontade de descobrir o seu próprio país o ligam aos modernistas. Das três tradições culturais do Brasil que deixam transparecer três diferentes posturas diante da realidade – a séria, a cômico-desrespeitosa e a lírica, a mais evidente em Lima Barreto, especialmente em *Policarpo Quaresma*, é a cômico-desrespeitosa ou irreverente-galhofeira.⁴

Depois do mencionado romance de temática jornalística, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, seguiu-se uma série de romances e contos predominantemente caricaturais e em parte comerciais, como, por exemplo, *Numa e a Ninfa* (1915), romance-chave sobre um político ambicioso instigado pela mulher ao carreirismo. Lima Barreto abordou diversas vezes a discriminação dos negros e mulatos, como no romance póstumo *Clara dos Anjos*, a história de uma negra da classe baixa, vítima de sedução. Em 1919, finalmente foi publicado o romance dramático *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, escrito num período anterior e ainda bastante lido hoje: um livro contemplativo, composto de maneira solta e repleto de uma ironia carinhosa pela cidade e pela nação. É a história de um carioca que personifica a aliança utópica entre a aristocracia do período imperial e a população simples, decididas a se unir contra a burguesia gananciosa, carreirista e sem cultura, que ascendera ao poder com a República. Além disso, Lima Barreto escreveu uma série de contos satíricos mais extensos, como *Aventuras do Dr. Bogóloff*, sobre as experiências de um simpático impostor e malandro russo no Brasil, e *Os Bruzundangas*, descrição à maneira do Século das Luzes sobre um povo exótico, por trás do qual não é difícil identificar seus contrterrâneos. O diário e romance fragmentário *O Cemitério dos Vivos*, publicado postumamente, é um impressionante testemunho do seu último internamento, em 1919, no Hospício Nacional dos Alienados, o que não deixa de lembrar Dostoievski. Fora nesta clínica psiquiátrica, a mais famosa do país na época, que Policarpo ficara internado por motivos semelhantes, um fato sugestivo que mostra que o autor viria a “imitar” o seu personagem.

⁴ Ver o esboço de tal tipologia na história da cultura brasileira (Zilly: 2000: 173-174).

Lima Barreto não seria privado apenas de projeção social, mas também de alegrias na vida particular. As pesquisas do seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa não revelaram indícios de qualquer felicidade amorosa. Assim como o herói *Policarpo Quaresma*, o escritor não dirigia seu erotismo para as mulheres, mas sim para seus valores e metas. Ele mesmo chegou a admitir que tinha se casado com a literatura.⁵ Amigos e conhecidos o descreviam como um homem tímido e reservado, mas, depois de estabelecida uma certa familiaridade, até afetuoso e caloroso, raramente irritado ou colérico, a não ser sob efeito do álcool. Ou seja, no fundo, era um homem dotado de um temperamento sincero, solidário, corajoso, muito sensível, tendendo a se ofender com facilidade. Negava-se a agir de maneira estratégica ou oportunista, comportando-se com arrogância somente diante de pessoas arrogantes. Lima Barreto era um sofredor diplomado: sofria com sua própria situação e com o país que ele, crítico do patriotismo, amava mais do que os patriotas autoneameados. Mal atingira uma idade madura, este homem de vulto, bem apessoado, já estava exausto e acabado. Teve que se aposentar como funcionário público aos 38 anos, sem nunca ter sido promovido, morrendo três anos depois. Assim como o herói *Policarpo Quaresma*, teve um triste fim, sendo morto pela pátria, não a tiros, mas por uma longa série de desgostos e mágoas.

Ele foi encontrado no seu leito de morte com um exemplar da *Revue des Deux Mondes* na mão, um gesto simbólico de sua persistente crença na força humanizadora e comunicativa que a literatura exerce, transpondo fronteiras nacionais. O nobre Botafogo, que se recusou a abrir as portas para ele em vida (bem como para o cantor popular Ricardo Coração dos Outros), teve que recebê-lo morto. Assim como seu pai, falecido dois dias depois de sua morte, Lima Barreto foi enterrado no cemitério São João Batista, onde tradicionalmente são sepultados os “imortais” da Academia de Letras. Seu túmulo fica apenas a alguns passos da Rua Real Grandeza, onde a nobre e sensata Olga – talvez a mais simpática de suas personagens femininas – morava, num pomposo casarão, na companhia do seu inculto mas generoso pai e do seu marido sem caráter.

⁵ Sobre os procedimentos lingüísticos de Lima Barreto, ver Preti (1982: 168-186).

Ela, que fez tudo para salvar seu padrinho Policarpo, com certeza também teria tentado salvar seu criador Lima Barreto. Ele jamais encontrou, contudo, uma mulher como ela.

Um patriota da triste figura

Lima Barreto atingiu o ápice de sua criatividade em 1911, um período em que ainda não tinha capitulado diante da cachaça, ainda se importava com sua imagem pública e burilava e aperfeiçoava os seus textos. Quase todas as suas obras posteriores foram concebidas e em grande parte escritas nesse período. O romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, publicado em série no suplemento cultural do *Jornal do Commercio*, mal foi levado em consideração pela crítica, recebendo por fim aprovação unânime em 1915-16, ao ser lançado como livro.

Oscilando entre o cômico e o sério, o título nomeia o protagonista do romance com um espirituoso trocadilho, oxímoro ou paradoxo: "Policarpo", o que frutifica diversas vezes, se contrapõe ao sobrenome "Quaresma", do latim "quadragésima", período de 40 dias entre quarta-feira de Cinzas e domingo de Páscoa, ou seja, o período da Paixão, que confere de princípio uma certa conotação religiosa ao romance. Além disso, o historiador francês Ernest Renan, uma das grandes admirações de Lima Barreto, faz menção a um certo Policarpo de Smyrna, bispo na Ásia Menor no início do Cristianismo. "Quaresma", por sua vez, também designa diversas espécies de arbustos ornamentais que dão uma flor geralmente violeta, no início da quaresma.

O romance narra a história tragicômica de um excêntrico funcionário público do Arsenal de Guerra, humanista convicto, no fundo quase pacifista, que dedica toda sua vida à "grandeza e emancipação da Pátria". O perfil do protagonista remete a uma geração de intelectuais brasileiros íntegros, cultos e idealistas, de Alexandre Rodrigues Ferreira até Antonio Callado, passando – entre outros – por Gonçalves Dias, Couto de Magalhães, Euclides da Cunha, Cândido Rondon, Monteiro Lobato, dos quais três eram militares e não por acaso. No início do livro, o herói de 50 anos já tinha dedicado três décadas

de sua vida à paixão patriótica e a uma investigação científica bastante romantizada de seu país, conduzida com espírito enciclopédico e auxílio de uma biblioteca brasilianista. Após o amadurecimento das leituras, chegava a hora de colocar em prática os conhecimentos adquiridos e seus planos de combate ao atraso, à pobreza e à dependência econômica do Brasil. Como diria Marx, Policarpo havia estudado e interpretado a realidade brasileira, restando-lhe agora o desafio de mudá-la.

Ele tenta viabilizar seus planos de reforma em três âmbitos sociais: cultura, economia e política. Analogamente, o enredo do romance é estruturado em três partes e três ambientes. Primeiro, Policarpo atua como pesquisador de folclore e reformador cultural nos subúrbios pequeno-burgueses do Rio de Janeiro, em sua repartição pública no centro da cidade e até no Congresso, de onde ele planeja atingir todo o país. Na segunda parte, ele administra uma fazenda-modelo em Curuzu, município fictício nas imediações do Rio, cujo nome remete à Guerra do Paraguai. Na terceira parte, ele assume a função de oficial da guerra civil e tenta implementar suas reformas políticas durante a repressão do levante da Marinha na Baía da Guanabara. Como um *Dom Quixote* do patriotismo, ele sempre fracassa por tentar aplicar mecanicamente à realidade as doutrinas alienadoras que aprendeu nos livros.

Já nas primeiras páginas, *Policarpo Quaresma* resgata o tema da mediação literária como alheamento da realidade, podendo ser lido como livro sobre a leitura equivocada, como livro sobre os livros. De início, o instrumento utilizado pelo herói é uma biblioteca histórico-literária. Ao perceber, posteriormente, sua relativa inutilidade, ele começa a reunir um acervo mais pragmático de obras agrônômicas e militares e, apesar dos livros irem perdendo a função, ele continua sendo um leitor voraz até o fim da vida. A prioridade da leitura e o sedentarismo o distinguem dos verdadeiros estudiosos do Brasil, que não eram somente leitores mas sobretudo viajantes e escritores. Policarpo, tão rico em talentos e em curiosidade, não pode se dar ao luxo de viajar. Ele não chega a ter filhos nem a produzir escritos, a não ser petições oficiais. Apesar da

vocação didática, não se torna professor, de forma que sua atuação – discreta e silenciosa – permanece vã e estéril.

Ele até tenta se tornar escritor, com a consciência de que não pode prescindir da comunicação escrita para servir à pátria; afinal, agir também implica escrever. Sua primeira tentativa de intervir na vida social coincide com o primeiro escrito, uma petição ao Congresso. Entre os textos que ele vem a escrever depois, o de maior significado político é uma reflexão sobre a reforma da agricultura, que – apesar de ser mais informativo que sua alienada petição – também não é levado em conta por ninguém. Por fim, seu último escrito, uma carta de protesto contra execuções arbitrárias, ocasiona sua própria morte, por ironia do destino.

Além da evidente alusão a *Dom Quixote*, de Cervantes, o romance se refere à tradição do bovarismo, um conceito da crítica à cultura bastante corrente na época, cunhado a partir de *Madame Bovary*, de Flaubert, pelo filósofo francês Jules de Gaultier por meio da obra *Le Bovarysme*. Outra referência é o *Cândido*, de Voltaire, cujo protagonista é levado por leituras alienadoras a construir uma visão de mundo ilusória e otimista demais, decepcionando-se por fim com o amargo choque da realidade, sem que o narrador tenha a intenção de nos dar uma lição em cinismo. O que Cervantes, Flaubert e Voltaire têm em comum é a maneira ao mesmo tempo crítica e compreensiva de encarar a perigosa e cega crença humanitária nos livros. Num misto de orgulho e autocrítica, Lima Barreto se dizia adepto do bovarismo e amava *Dom Quixote* e *Cândido*, livros imprescindíveis em sua biblioteca. O Major Quaresma tem até seu Sancho Pança: assim como o escudeiro espanhol, Ricardo Coração dos Outros é um estranho imitador e sóbrio opositor de seu senhor, no fundo, quase um amigo, apesar da distância social.

Como em Cervantes, o ponto de vista da narrativa é primordialmente satírico e paródico. A sociedade, caracterizada com um grau variável de exagero, é avaliada segundo suas próprias afirmações e exigências e condenada por seus equívocos, sua falsidade e incoerência. A maneira caricatural de tipificar os personagens através da repetição mecânica de comportamentos remete à definição do cômico

formulada por Bergson em seu famoso ensaio sobre o riso: “du mécanique plaqué sur du vivant” (Bergson, 1970: 396; Alberti, 1999: 184-98). Os personagens cômicos reagem de maneira inflexível, automática e insensível às diferentes situações de uma realidade em constante transformação, recorrendo aos padrões discursivos e comportamentais a que estão acostumados, sem perceber o absurdo de sua inadequação. Quaresma não cansa de elogiar a fertilidade do solo brasileiro, antes mesmo de tê-la comprovado; o General Albemarle não pára de se gabar das batalhas da Guerra do Paraguai, das quais nem chegou a participar; o Almirante Caldas vive lamentando nunca ter recebido condecorações, embora jamais tenha comandado um navio. Dependendo do personagem ou da situação enfocada, o teor cômico oscila entre o humor compreensivo, a ironia denunciadora ou o sarcasmo amargo. Graças a uma certa capacidade de aprendizado, Quaresma vai se tornando cada vez menos risível. O senso de justiça parece levar o autor a romper a caracterização exclusivamente satírica dos personagens e quebrar a distância requerida pela sátira. Esta, afinal, tem como condição vital a parcialidade, ou seja, a não-ponderação da totalidade de aspectos de um caráter ou de uma situação por parte daquele que ri.

Glória e decadência de uma época fundacional

Não é à toa que Policarpo escolhe a fase imediatamente posterior à proclamação da República para colocar seus estudos a serviço da pátria. O corrupto Império acabara de ser derrubado por um golpe militar apoiado pelos influentes produtores de café de São Paulo e aclamado pela maioria das pessoas cultas e letradas. No entanto, ao contrário do esperado, os militares não voltaram aos quartéis imediatamente, mas somente cinco anos depois. O romance se passa nos primeiros anos da República Velha, entre 1889 e 1894, durante governos militares marcados por constantes crises e agitações. Na primeira parte do livro, ainda são vagas as alusões históricas, que vêm a se tornar mais nítidas na segunda e factualmente identificáveis só na terceira.

Logo depois de 1889, o clima era de euforia e otimismo, pois o Brasil parecia estar renascendo e inaugurando uma nova era. Idealistas, negociantes e carreiristas

passaram a ver uma chance de reorganizar ou simplesmente explorar o Estado e a sociedade como bem entendessem. Em fevereiro de 1891, o Congresso Constituinte promulgou a nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil e convocou o primeiro congresso republicano, ao qual Policarpo enviaria sua petição por uma nova língua nacional. Assim como a França revolucionária, 100 anos antes, o Brasil estava passando por uma séria crise econômica, tendo que se defender das revoltas tachadas de contra-revolucionárias.

A maior parte da opinião pública esperava uma solução para os desmandos do Império e exigia reformas democráticas, a consolidação de um Estado de direito, maiores perspectivas de carreira para a classe média, medidas de descentralização, mais eficiência na administração pública e maior dinamismo no comércio. Os republicanos radicais, sobretudo os nacionalistas pequeno-burgueses, se autodenominavam "jacobinos" (a referência aos precursores franceses é um equívoco histórico até compreensível), chamavam-se entre si de "cidadãos", além de terem conseguido declarar o dia 14 de julho feriado nacional.

Foi nessa época que Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, de 1789, passou a ser homenageado *a posteriori* como herói nacional. As constantes referências à Guerra do Paraguai, aparentemente uma mera nostalgia de veteranos excêntricos, também faziam parte desse clima de euforia e da tentativa de resgatar as tradições nacionais. Apesar de não remontar propriamente às origens do Brasil, aquela guerra já distante representava o primeiro momento de glória militar da nação, ao qual o Exército devia sua reputação e a legitimação de sua atual participação política.

A proclamação da República possibilitou uma série de avanços jurídicos e econômicos, e o governo militar tomou algumas medidas em favor das camadas desprivilegiadas da população, como o estabelecimento de um limite de preços e aluguéis. Contudo, não houve uma ruptura sociopolítica significativa. A República herdara certos vícios do Império, entre os quais o coronelismo, ou seja, a hegemonia de líderes locais, sobretudo latifundiários, que praticavam o clientelismo com a conivência de autoridades estaduais e federais e conseguiam controlar um ou mais municípios através de intrigas, violência e fraudes

eleitorais, combatendo todos que não se enquadrassem nessa estrutura. Um dos instrumentos de poder mais apreciados pelo coronelismo é a parcialidade com que se cumprem regulamentos e leis, segundo o princípio “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”. Ao invés de aplicar a lei a todos, indiscriminadamente, a Justiça e a administração pública são usadas como instrumentos de poder para punir e rebaixar uns e garantir privilégios a outros. Quando Policarpo percebe que seus planos de reforma rural estão para fracassar, um acontecimento lhe dá esperança de criar uma base política para implementar suas idéias.

No dia 6 de setembro de 1893, na véspera da comemoração dos 71 anos de independência do país, a Marinha inicia uma revolta no Forte de Santa Cruz. Com este acontecimento, reacende-se uma antiga rivalidade entre a Marinha – tradicionalmente conservadora, comandada por uma elite da classe alta, contrária ou indiferente à República – e o Exército, com seus oficiais recrutados da classe média, adeptos do republicanismo (Henschke, 1994: 94 e ss). Simultaneamente a essa revolta, mas independente dela de início, houve no Rio Grande do Sul um levante contra o governo federal, em defesa de maior autonomia regional. Os líderes de ambos os movimentos – representantes de diferentes segmentos das elites, menos interessados num programa político do que em poder e prestígio – não hesitaram em se aliar, assumindo uma posição monarquista difusa. Em março de 1894, os oficiais da Marinha capitularam e abandonaram suas posições, fugindo para os navios de guerra portugueses. A revanche dos vencedores, que maltrataram, deportaram e mandaram matar diversos rebeldes presos, afetou sobretudo inocentes, pois – assim como a população – a maioria dos soldados, recrutada à força por ambas as partes, mal sabia qual era o motivo da guerra civil.

O que certamente também inspirou o escritor foram analogias entre a revolta da Marinha de 1893-94, que compõe o pano de fundo histórico da terceira parte do romance, e o clima político dos anos de 1909-11, período em que Lima Barreto concebeu e escreveu *Policarpo Quaresma*. Pela primeira vez na história do Brasil, em 1909-10, houve uma eleição que não foi inteiramente negociada de antemão entre as elites políticas – acontecimento que mobilizou a opinião pública de

forma inédita. Os dois candidatos à presidência eram o Marechal Hermes da Fonseca, um espadachim autoritário, não necessariamente ditatorial, que fora ministro da Guerra do governo anterior, e o jurista liberal e homem de letras Rui Barbosa, uma celebridade nacional e internacional. Em sua campanha eleitoral, norteadas por princípios civilistas, Rui Barbosa defendia sobretudo o afastamento do Exército da política. Esse foi o motivo de Lima Barreto para apoiá-lo, apesar de não morrer de amores por ele, por considerá-lo representante de uma retórica vazia e elitista. Uma das denúncias da Campanha Civilista era a intervenção repressora da polícia militar na chamada “Primavera de Sangue”, em 1909, que culminara com a morte de dois estudantes. O processo contra os responsáveis acabou se transformando num acerto de contas público com o Exército e, ao que parece, a atuação do jurado Lima Barreto foi decisiva para a condenação do tenente responsável pelos desmandos. Os adeptos de Rui Barbosa alertavam contra o perigo de um retrocesso da República no estado ditatorial de 1893-94 – uma preocupação não infundada, mas decerto exagerada do ponto de vista da atual pesquisa histórica (Barbosa, 1952; 1964; Pesavento, 1983).

Numa das primeiras medidas de seu mandato, o vencedor Hermes da Fonseca pareceu se revelar herdeiro político do ditador Floriano Peixoto, ordenando um massacre. Em novembro de 1909, eclodira a Revolta da Chibata dentro da Armada. Os rebeldes voltaram os navios contra o Rio, como em 1893-94, mas desta vez os marinheiros comandados pelo “Almirante Negro”, João Cândido (assim denominado por causa de sua cor e de suas qualidades de liderança), apontaram os canhões diretamente contra a cidade. Não pretendiam derrubar o governo, mas sim protestar contra as deploráveis condições do serviço a bordo, contra a comida deteriorada e sobretudo contra os castigos físicos e a indigna punição com a “chibata”. Após o Congresso e o governo garantirem que cumpririam as reivindicações e não puniriam os responsáveis pelo motim, os revoltosos se entregaram. Todavia, as autoridades não cumpriram sua palavra, punindo-os de forma tão bárbara quanto aos marinheiros traídos por seus oficiais, 16 anos antes. Dessa forma, Lima Barreto transformou seu romance histórico, o que era compreensível a qualquer leitor da época, num comentário implícito sobre acontecimentos bastante recentes, quase contemporâneos. Ele

inseriu tais eventos numa tradição funesta, a do massacre usado como meio de dominação, punição e intimidação – isso, justamente no país que fora um dos primeiros a abolir a pena de morte, ainda no século XIX, no tempo do Império (De Decca, 2000).

A época aparentemente fundadora da República é apresentada como uma época de decadência, de expectativas frustradas, o que coloca *Policarpo Quaresma* em contraste com a “ficção fundacional” apontada por Doris Sommer como importante temática na literatura das Américas.

Em busca de uma cultura nacional

Como autêntico idealista, Policarpo começa suas reformas pela superestrutura, falando-se em termos marxistas. No século XIX, época clássica da formação dos Estados nacionais, a situação do Brasil era diferente da de países como Itália e Alemanha. Não se tratava de criar um Estado para a nação, mas sim uma nação para o Estado herdado dos colonizadores. A elite letrada fora convocada a contribuir para este processo. Já que a alta cultura e suas instituições tinham sido importadas da Europa, restavam dois âmbitos em que o país podia se diferenciar do colonizador e legitimar o que no século XX se denominaria identidade nacional: a natureza tropical e a cultura indígena, de preferência a de um passado longínquo. O Museu Nacional, fundado logo depois da independência e sediado desde 1892 no Solar da Quinta da Boa Vista (não muito distante da casa de Policarpo, em São Cristóvão), ilustra tal concepção, reunindo em seu acervo coleções de etnologia e ciências naturais.

Policarpo também se deixa fascinar pela natureza e pelos indígenas, embora sua concepção de nação seja mais abrangente. Ele percebe que a nação – como formação social artificial, ou seja, como “comunidade imaginada”, conforme formulou Benedict Anderson, lembrando que seus membros não se conhecem pessoalmente – requer uma consciência dos elementos culturais comuns, isto é, sobre uma cultura nacional. Para o pesquisador Policarpo, assim como para os nacionalistas europeus, aquilo que mais profundamente unia o Brasil era a música, a poesia popular, a dança, a língua, a literatura, as receitas culinárias, os

rituais de recepção e, sobretudo, a imagem que se fazia da própria história. Tanto o protagonista como o narrador suspeitam que a nação e as tradições não passam de invenções. Nesse sentido, o livro de Lima Barreto pode ser considerado uma ilustração das teses de Eric Hobsbawm sobre o assunto. Como as nações européias, o Brasil tem que começar a restaurar edifícios, construir monumentos, fundar museus, estudar e reavivar o folclore, colocar a historiografia e as ciências humanas a serviço da cultura nacional, projetando-a num passado longínquo, a fim de atribuir-lhe uma certa grandeza e irreversibilidade. As nações não apenas investigam a cultura nacional mas também a constroem ao compilar fragmentos de tradições passadas e regionais e elegê-los como símbolos nacionais.

A busca de Policarpo por autenticidade e genuinidade, semelhante à dos nacionalistas europeus dos séculos XIX e XX, acaba se tornando uma obsessão purista, que no Brasil – diante da origem cultural multi-étnica – ainda é mais absurda do que no Velho Mundo. A compreensão da originalidade de uma cultura nacional enquanto primordialidade e singularidade leva Policarpo a um método eliminatório: genuinamente brasileiro seria apenas aquilo que não contém nenhuma influência estrangeira. À medida que ele vai descobrindo que os fenômenos culturais considerados tipicamente brasileiros são parcial ou inteiramente europeus ou africanos, inclusive a tão apreciada modinha, aquilo que ele considera autenticamente brasileiro vai se reduzindo cada vez mais. Então, ele se vê obrigado a se distanciar do presente e da cultura urbana que lhe parece contaminada por influências estrangeiras, e vai penetrando cada vez mais no passado e no interior do país, a fim de se ver livre dos influxos africanos e europeus. Primeiro, ele localiza o Brasil puro, sem misturas, na época imperial; depois, no fim do período colonial; e, posteriormente, no início da colonização. Por fim, resta-lhe considerar genuinamente brasileira apenas a cultura tupi-guarani. Este absurdo é ocasionado pelo método de buscar a essência de uma cultura em sua origem autóctone, eliminando todas as influências posteriores como impurezas. Policarpo realmente merece ser apelidado por seus colegas de Ubirajara, protagonista do romance de José de Alencar, ambientado na época colonial, numa sociedade bem mais fictícia do que a de suas demais obras, impossível de ser enquadrada em qualquer realidade espacial e temporal.

Misturas culturais e étnicas, bem como intercâmbio transnacional, existiram desde sempre, sobretudo no Brasil. Dessa forma, o enredo do romance desmonta os conceitos puristas e essencialistas de genuinidade nacional e de identidade cultural. A pureza de uma cultura é um fantasma e a busca dessa pureza só pode levar à loucura e ao hospício.

Desde a época dos descobrimentos, havia – na literatura européia e, posteriormente, na literatura do Novo Mundo – uma disputa entre duas imagens contraditórias dos indígenas: o bom selvagem e o canibal intratável, ambos uma projeção mítica do Velho Mundo, expressão das visões de inferno e paraíso. Se, para Policarpo, os tupis-guaranis representavam o ideal humano e a essência do brasileiro, para uma parte da opinião pública e para os defensores do progresso técnico e econômico, eles não passavam de bárbaros antropófagos, desprovidos do status posteriormente reabilitado pelos modernistas. Essa é a explicação para o tratamento caricatural de Quaresma como “açougueiro de Santa Cruz”, um epíteto que se refere ao primeiro nome do Brasil e ao subúrbio carioca onde se localizava o matadouro na época. O resgate do passado indígena, sobretudo da cultura e da língua tupis-guaranis, se insere numa tradição brasileira, com traços retrógrados e passadistas, mas também progressistas e emancipatórios, existente desde o nativismo, passando pelo patriotismo dos cronistas e poetas do século XVIII, pelo romantismo indianista, até modernistas como Mário e Oswald de Andrade. Com a publicação do Manifesto Antropófago, de 1928, Oswald esboçou uma cultura tropical, igualitária, matriarcal e vanguardista, a ser construída através da incorporação “canibalesca” da parte mais valiosa da cultura européia e da apropriação de tradições indígenas. A reavaliação da herança indígena culminou em um dito que certamente teria agradado o Major Quaresma, apesar do estrangeirismo: *“Tupi or not tupi, that’s the question”*.

A idéia de que a criação de uma nação implica uma língua própria não é tão absurda como soa de início. Desde o século XIX, o raciocínio inverso é corrente entre os nacionalistas, para os quais a nação é uma comunidade lingüística e cultural, tendo como tal direito a um Estado próprio. Estados transnacionais sempre se voltaram contra este tipo de reivindicação, seja

o Império Otomano ou a Monarquia Austro-Húngara, à qual a personagem Olga se refere, ao mencionar a luta dos tchecos por uma língua nacional. A exigência de abrigar o português literário é um dos pontos sensatos do nacionalismo lingüístico de Policarpo, uma meta traçada por muitos escritores desde o Romantismo, inclusive por Lima Barreto, e seguida com maior ou menor radicalismo.

Reformas na zona rural

Policarpo defende e pratica um nacionalismo econômico. Assim como os políticos positivistas da época, ele reivindica medidas protecionistas para a indústria brasileira e só compra produtos nacionais, se possível. Mas atribui um valor ainda maior ao desenvolvimento da agricultura como pressuposto de uma pátria forte, próspera e socialmente justa.⁵

Após constatar o fracasso e a inutilidade de suas reformas no âmbito da cultura, Policarpo muda para o campo, para cuidar da saúde e também para montar uma fazenda que possa servir de modelo para uma reforma regional e nacional da agricultura. Sem jamais perder de vista a "grandeza e emancipação da pátria" como pressuposto e meta, ele quer provar que o Brasil – ao seu ver o país mais fértil do mundo – tem condições de alimentar toda a população, preocupação compreensível numa época em que o país, apesar de ter apenas uns 15 milhões de habitantes, gastava mais de um quinto de suas divisas para importar alimentos. Apesar de não ter a mesma obsessão brasileira de seu padrinho, a afilhada Olga também tem interesse em aumentar a produção agrícola e melhorar as condições de vida no campo. É com grande compaixão que ela começa a investigar por que existe tanta pobreza e miséria, não só em regiões longínquas, mas também nas imediações da cidade. Sua conclusão

⁵ O próprio Floriano Peixoto era protecionista. Descontados todos os exageros e traços caricaturais, o pensamento de Policarpo tinha certa afinidade com o de políticos positivistas como Serzedelo Correa, considerado sério precursor do desenvolvimentismo (ver Carone, 1978: 82-88).

parcial é a de que a atual distribuição das propriedades não incentiva o desenvolvimento de iniciativas próprias.

Como resultado de todo um aprendizado, Policarpo descobre que – além de sua biblioteca – precisa de aparelhos de medição meteorológica, maquinário agrícola e pesticidas. No entanto, isso não adianta muito, pois ele não sabe utilizar estes recursos, tendo também que admitir que o solo brasileiro não é tão fértil como ele pensava. Além disso, ele percebe que certas doenças e pragas, como a formiga saúva, por exemplo, dificilmente podem ser combatidas por um só agricultor. As saúvas remetem a um dito recorrente em *Macunaíma*: “Muita saúva e pouca saúde os males do Brasil são”. Ao se opor às queimadas, por exemplo, Policarpo também mostra que dispõe de conhecimentos ou intuições ecológicas. Ao contrário dos acadêmicos pedantes, constantemente caricaturados pelo autor, ele não tem vergonha de aprender com o povo, com seu criado negro Anastácio, por exemplo. Todavia, em se tratando de saúvas, este também não consegue ajudá-lo.

O que dificulta o desenvolvimento da fazenda-modelo e da agricultura como um todo são certas estruturas sociopolíticas, como o coronelismo, por exemplo, e a hegemonia do latifúndio (Queiroz, 1977). Com uma mão-de-obra praticamente gratuita e o excesso de terra cultivável, não há razão para se aumentar a produtividade. Um processo de modernização subsidiado pelo governo e incentivado pela demanda estrangeira só ocorre com produtos de exportação, como o café, por exemplo. Um outro obstáculo é o papel monopólico do atravessador, que encarece os produtos agrícolas no mercado interno, impede a expansão da produção, bloqueia a concorrência e atrasa o desenvolvimento capitalista da zona rural. Se até Policarpo fracassa como pequeno agricultor – embora seja bem informado e proprietário das terras que cultiva, ainda que disponha de capital e de um know-how constantemente ampliado – o que será então dos camponeses, arrendatários e diaristas analfabetos que não têm terra para morar nem para plantar?⁷

⁷ Um apanhado da situação econômica se encontra em Carone (1977: 9-23).

Nessa parte do romance, Lima Barreto ridiculariza os clichês românticos do aconchego patriarcal, da nostalgia pitoresca, do caráter inocente e arcaico da população rural, propagados naquela época, sobretudo pelos prosadores Coelho Neto e Afonso Arinos e pelo poeta popular Catulo da Paixão Cearense, ao qual remonta o personagem de Ricardo Coração dos Outros. Do ponto de vista estético, o campo também fica aquém das imagens literárias, sendo freqüentemente caracterizado como entediante, desolado, desertado e até feio e repulsivo. Só em alguns momentos a paisagem toca o observador pelo silêncio e pela graça, sobretudo a cachoeira de Carico, descrita como locus amoenus na acepção da poética clássica.

Desenvolvimento por meio da ditadura

O plano de Policarpo para renovar a nação requer um Estado forte, acima dos interesses particulares e de classe das oligarquias, dos carreiristas e oportunistas. Só assim seria possível realizar as reformas necessárias e encarregar os melhores peritos do país com funções governamentais, seguindo a concepção de Augusto Comte. Nosso patriota une a fascinação romântica pelo índio à crença moderna, positivista e republicana no progresso. Dessa forma, ele não hesita em apoiar a “ditadura desenvolvimentista” do Marechal Floriano Peixoto, um conhecido de outros tempos, sem procurar – no entanto – tirar proveito pessoal deste contato.

O limite entre patriotismo tradicional e nacionalismo moderno acaba se diluindo na recém-proclamada República, cuja meta é consolidar o Estado nacional que ainda não existia durante o Império, um regime no qual os escravos e a maioria dos índios não tinham direitos de cidadão. Embora mais patriótico do que nacionalista, Policarpo apóia os militares representantes de um nacionalismo agressivo e excludente, ligados – entretanto – a uma doutrina positivista humanitária e aos modelos franceses. Ao apoiá-los, Policarpo endossa involuntariamente o nacionalismo fanático, o republicanismo autoritário, o culto ao Estado e as violações dos direitos humanos e do cidadão.

A intenção de Policarpo de se tornar soldado na juventude e o absurdo fato de seus planos de reforma o obrigarem a virar oficial, sem nunca ter pegado numa arma, se explicam pela íntima ligação entre patriotismo, nacionalismo, República e Exército existente no Brasil daquela época. As Forças Armadas se consideravam porta-vozes da nação e achavam que a melhor forma de servi-la era recorrer às armas. Apesar do baixo contingente de aproximadamente 20 mil soldados registrado em 1890, o Exército – mais do que a Marinha – era uma das poucas instituições que conferia vulto ao Estado, garantia o contato entre a capital e regiões distantes (através da construção de telégrafos, por exemplo) e mantinha a unidade territorial deste país de dimensões continentais, tão grande quanto a Europa, sem incluir a Rússia. A primeira Constituição republicana conferiu ao Exército a função de árbitro entre os três poderes constitucionais e de guardião da segurança externa e interna, permitindo-lhe preencher em parte a função do imperador, qualificada como poder moderador.

Após duas tentativas fracassadas de reforma, nosso herói volta a ter uma amarga decepção. Justamente o regime que inscreveu o lema “Ordem e Progresso” na bandeira nacional e prometeu abrir chances de carreira para a classe média acaba colocando incompetentes em posições de liderança. Mas isso ainda é relativamente inofensivo. Generais e almirantes que se enfeitavam com condecorações da Guerra do Paraguai, na melhor tradição do *miles gloriosus* da comédia romana, são obrigados a pedir conselhos a jovens oficiais, para compensar sua incompetência. Um deles, o Tenente Fontes, acaba ganhando um destaque notável. Sua integridade, presença de espírito e competência militar, sua formação positivista superficial, a mentalidade pequeno-burguesa, a ambição autoritária de realizar reformas republicanas, bem como a disposição fanática de se sacrificar e morrer pela pátria, são características do tenentismo, uma iniciativa de reforma política iniciada na década de 1920 por oficiais de posição hierárquica inferior, comparáveis aos Jovens Turcos e responsáveis pela ascensão do ditador Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Os adeptos civis do regime, como o escriturário do Tesouro Genelício ou o médico Armando Borges, por exemplo, são incompetentes, pedantes e altamente ambiciosos,

caracterizados, portanto, de forma mais negativa e caricatural do que os militares.

O chefe de Estado Floriano Peixoto é uma verdadeira decepção. Com sua inexpressividade e dissimulação, ele funciona como uma perfeita superfície de projeção para as mais fantasiosas expectativas de seus conterrâneos e seguidores. Apesar da representação caricatural, o autor apreendeu traços essenciais da personalidade histórica do “Marechal de Ferro”, aquele governante provinciano, bonachão, acessível, cruel e absolutamente impassível, não muito distante da esfinge meio banal que viu nele Euclides da Cunha. O fato de ele instrumentalizar as visões positivistas de seus adeptos militares e civis, sem acreditar nelas, e desprezar os camponeses nacionais é bastante verossímil. No entanto, graças a um certo sangue-frio, ele teve o mérito de reprimir duas revoltas que não eram nem um pouco progressistas (ver, por exemplo, Cardoso, 1977). Com o personagem do marechal e a descrição do clima de terror, Lima Barreto antecipa aspectos do gênero latino-americano do romance de ditador, como *O Senhor Presidente*, de Asturias, *Eu, O Supremo*, de Roa Bastos, ou *O Outono do Patriarca*, de García Márquez.

O narrador certamente ironiza os padrões idealizadores de Policarpo, inspirados no monarca pré-absolutista Henrique IV e em seu ministro Sully ou em Turgot, ministro iluminista da França pré-revolucionária. Por outro lado, ele também os adota, pois esses três estadistas, mencionados até hoje, evocam certos valores, como conciliação e tolerância, e certas conquistas políticas e sociais, como reformas da agricultura e eficiência administrativa. Alheio ao oportunismo típico dos renegados e promulgador do Editto de Nantes em favor dos huguenotes, aquele rei originalmente protestante, para quem Paris valia uma missa, deve sua popularidade sobretudo à máxima de que cada francês tivesse um frango na panela aos domingos, ditado que devia agradar a Lima Barreto e a seu herói patriótico.

Sobre a dialética da humanidade, nacionalidade e bestialidade

Guerras e guerras civis exercem um papel fundamental na constituição das nações, sendo idealizadas pelos nacionalistas justamente por esse motivo. Vistas de perto, no entanto, as guerras, além de devastarem nações, são quase sempre decepcionantes, pouco heróicas, degradantes, assustadoras ou cruéis. As literaturas de todos os tempos e de todas as culturas têm, assim como as artes e as religiões, um importante papel na criação de ilusões belicistas, na heroização de combates e combatentes, na glorificação e transfiguração dos mortos em mártires. Mas se os literatos são cúmplices dos guerreiros, também se redimem, em parte, por desmascarar a guerra como seqüência de massacres sem sentido e causa de sofrimentos sem fim. Essas duas tendências já existem em Homero. Na Idade Moderna, o nacionalismo instigou enormemente as guerras, democratizando-as, emocionando-as, acirrando-as (Hobsbawm, 1998). Até mesmo Policarpo, com o seu caráter humanitário e pacifista, destoa de suas idéias fixas de guerra e pátria, acaba se entregando a uma bestialidade arcaica avessa ao seu entusiasmo pelo progresso. Numa emocionante carta à irmã, ele confessa que a guerra – uma barbárie permitida em todas as civilizações – passou a inquietá-lo depois que ele aderiu à luta, não só por ser um sacrifício vão, mas também por incentivar e até requerer a brutalidade e crueldade, um lado de si que as pessoas costumam ignorar. Afinal, um soldado cordial e humano seria um contra-senso. O nacionalismo não inventou os confrontos armados, mas, ao mobilizar nações inteiras para esse propósito, tornou a guerra passional, perigosa e total. Será que a nação pode exigir sacrifício humano como os deuses antigos?

O desenvolvimento do enredo, em especial na terceira parte do romance, ilustra o potencial bárbaro de um patriotismo fanático colocado a serviço do Estado nacional. Ao mostrar que os idealistas podem se tornar tão perigosos como os soberanos e seus bajuladores, Lima Barreto assume uma posição pessimista, crítica em relação às concepções iluministas da História. Além disso, ele expressa a preocupação de que posturas humanizadoras e progressistas possam se transformar em ódio, violência e desumanidade, sobretudo em épocas de nacionalismo desenfreado e de endeusamento do Estado. Despojadas de sua

aura mítica, todas as épocas – inclusive o passado recente – remetem à noção hegeliana de que a história é um matadouro que raramente propicia a felicidade humana. O dramaturgo Franz Grillparzer, patriota dinástico da fase tardia do Império multicultural e multinacional dos Habsburgos, parece ter pressentido as duas guerras, ao resumir a face obscura “dialética do Iluminismo” da seguinte forma: “A trajetória da cultura moderna vai da humanidade até a bestialidade, passando pela nacionalidade” (Grillparzer, 1960: 500).

Para combater o nacionalismo, Lima Barreto teve que questionar as imagens errôneas que o Brasil fazia de si mesmo. Ele leva ad absurdum os clichês e mitos nacionalistas e os desmascara um a um, seja a fertilidade do solo, o arraigamento da cultura popular, a harmonia e a serenidade do povo ou a integridade dos governantes. Por fim, restam apenas indagações sobre a essência do Brasil, sua história e sua cultura. Um dos mitos mais perigosos é o do patriotismo; no fundo, um patriota declarado não passa de traidor da pátria. Lima Barreto não argumenta de fora, a partir de um ideal abstrato e cosmopolita de humanidade, mas sim de uma perspectiva intrínseca, absolutamente patriótica, à medida que condena a sociedade de classes e o Estado de não-direito por instrumentalizarem o patriotismo e o nacionalismo em favor do interesse das elites. Ele esboça uma utopia ex-negativo, um patriotismo social, com consciência histórica e respeito à cidadania, ancorado na própria cultura e aberto a influências estrangeiras, ou seja, um patriotismo que se auto-supera e se neutraliza. Trata-se, em suma, do reconhecimento da mestiçagem, ou seja, o contrário da busca de Policarpo por uma pureza cultural.

Graças à sua boa índole, divergente do discurso humanizador vazio dos positivistas e do oportunismo dos vira-casacas, Policarpo desmascara o regime e deixa de ser conivente com ele, redimindo-se de boa parte de sua culpa através de seu martírio. Ao contrário de Dom Quixote, sua benevolência é altamente incoerente, revelando uma certa contradição entre convicção e comportamento, porexemplo, quando ele come pão francês, compra maquinário norte-americano para sua fazenda, mantém relações de compadre com um italiano ou cita um viajante inglês como testemunho da qualidade da modinha “genuinamente”

brasileira. Mas sua formação sentimental também se deve à literatura. Os leitores entusiastas são menos ridicularizados do que os inimigos dos livros, com todo seu realismo e pragmatismo. O partidário do governo Dr. Borges, por exemplo, que costuma pegar no sono enquanto lê, ridiculariza a coragem civil de sua mulher, que tenta salvar a vida do padrinho, qualificando sua atitude de teatral e alienada: “Estás no teatro?” A romântica Olga, sensata aliada do inquieto Policarpo, responde com seriedade a esta pergunta retórica e irônica: “Se é só no teatro que há grandes coisas, estou.” Ela defende as artes como esfera da humanidade e integridade, rejeitando a covardia, o oportunismo e a traição. Apesar da necessária crítica, não daria para imaginar mais bela reabilitação do bovarismo do que esta. Falando em termos hegelianos, quando a fantasia de inspiração estética se confronta com a realidade, o azar é da realidade [*um so schlimmer für die Wirklichkeit*]. A ridicularização das quimeras literárias não implica em absoluto a extinção da literatura. Por mais que a literatice patriótica seja satirizada, Policarpo e Olga não chegam a presenciar nenhuma queima de livros, ao contrário do cavaleiro espanhol.

Oscilando entre seriedade e humor, sátira e nostalgia, este romance é uma declaração de amor às pessoas simples da cidade e do campo, ao Rio de Janeiro, ao Brasil, à humanidade. Ele termina de forma triste, quase trágica, sem criar qualquer clima de pessimismo. No fim do romance, dois amigos do herói, tão cômico quanto nobre, — uma mulher e um artista popular, portanto até certo ponto marginalizados, pessoas íntegras, benevolentes, descritas pelo narrador apenas com uma ponta de ironia — encontram-se num parque, no Campo de Sant’Ana, onde a humanidade, a natureza, a arquitetura e o céu parecem harmonizar: Olga, a moça de origem italiana, e Ricardo Coração dos Outros, plebeu, poeta e cantor sertanejo. Embora não formem um casal, ambos representam a esperança, dentro de um contexto de transformação histórica e de uma possível civilização da natureza e da sociedade: “Saiu e andou. Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por estas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas; viu os bondes

passarem; uma locomotiva apitou; um carro, puxado por uma linda parelha, atravessou-lhe na frente, quando já a entrar do campo... Tinha havido grandes e inúmeras modificações. Que fora aquele parque? Talvez um charco. Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros.”

Referências bibliográficas

- Lima Barreto, Afonso Henriques de. Obras de Lima Barreto. Organizadas sob a direção de Francisco de Assis Barbosa, com a colaboração de Antonio Houaiss e M. Cavalcânti Proença, 17 v. São Paulo: Brasiliense, 1956; 1961.
- Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica de Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (coords.), Madrid/ Paris/ México/ Buenos Aires/ São Paulo/ Lima/ Guatemala/ San José de Costa Rica/ Santiago de Chile: ALLCA XX/ Scipione Cultural, 1997 (Colección Archivos 30).
- Lima Barreto, Afonso Henriques de. Das traurige Ende des *Policarpo Quaresma*. Aus dem brasilianischen Portugiesisch, mit Zeittafel, Glossar und Nachwort versehen von Berthold Zilly. Zürich: Ammann, 2001.

- Abreu, Luís Alberto. Lima Barreto, ao terceiro dia. São Paulo: Caliban, 1996.
- Alberti, Verena. O riso e o risível na história do pensamento. Rio de Janeiro: Zahar/FGV, 1999.
- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso, 1993.
- Andrade, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Edição crítica

de Telê Porto Ancona Lopez, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978.

Antônio, João. Calvário e Porres do Pingente Afonso Henriques de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Athayde, Tristão. "Machado de Assis e Lima Barreto". In Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica de Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (coords.), Madrid/ Paris/ México/ Buenos Aires/ São Paulo/ Lima/ Guatemala/ San José de Costa Rica/ Santiago de Chile: ALLCA XX/ Scipione Cultural, 1997 (Colección Archivos 30).

Barbosa, Francisco de Assis. A Vida de Lima Barreto (1881-1922). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1a ed. 1952; 1964.

Berding, Helmut (org.). Nationales Bewusstsein und kollektive Identität: Studien zur Entwicklung des kollektiven Bewusstseins in der Neuzeit, 2. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1996.

Bergson, Henri. "Le rire: essai sur la signification du comique". In: Œuvres. Introdução de Henri Gouhier. Paris: PUF, 1970.

Bourdieu, Pierre. La distinction. Critique sociale du jugement. Paris: Editions de Minuit, 1979.

Briesemeister, Dietrich. "O Brasil como país do futuro nas imaginações livrescas de *Policarpo Quaresma*". In: Antônio Martins Filho e Teoberto Landim (orgs.). Colheita Tropical: Homenagem ao Prof. Dr. Helmut Feldmann. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 2000.

Candido, Antonio. Literatura e Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

———. "Os olhos, a barca e o espelho". In: Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica de Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (coords.), Madrid/ Paris/ México/ Buenos Aires/ São Paulo/ Lima/ Guatemala/ San José de Costa Rica/ Santiago de Chile: ALLCA XX/ Scipione Cultural, 1997 (Colección Archivos 30).

- Cardoso, Fernando Henrique. "Dos governos militares a Prudente – Campos Salles". In: Boris Fausto (coord.). *O Brasil Republicano*. 1º v., São Paulo: Difel, 1977 (*História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. 8).
- Celso, Afonso. *Porque me ufano do meu paiz*. Rio de Janeiro: Garnier, 1901.
- Carone, Modesto. *A República Velha, I: (Instituições e Classes Sociais)*. Rio de Janeiro/ São Paulo, 1978
- _____. *A República Velha, II: Evolução Política (1889-1930)*, Rio de Janeiro/ São Paulo, 1977.
- Cornejo Polar, Antonio, Mazzotti, José Antonio e Aguilar, Ulises Juan Zevallos (orgs.). *Asedios a la heterogeneidad cultural. Libro de homenaje a Antonio Cornejo Polar*. Philadelphia: Asociação Internacional de Peruanistas, 1996.
- Cunha, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Cunha, Euclides da. "O Marechal de Ferro". In: E. da C. *Contrastes e Confrontos*. Porto: Empresa Litteraria e Typographica, 1907.
- _____. "A Esphyngé". In: E. da C. *Contrastes e Confrontos*. Porto: Empresa Litteraria e Typographica, 1907.
- De Decca, Edgar. "Quaresma: Um relato de massacre republicano entre a ficção e a história". In: Edgar Salvadori de Decca; Ria Lemaire. *Pelas Margens. Outros Caminhos da História e da Literatura*. Campinas/Porto Alegre: Unicamp/UFRGS, 2000.
- Figueiredo, Carmem Lúcia Negreiros de. *Trincheiras de Sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- Galvão, Walnice Nogueira. "Uma cidade, dois autores". In: W. N. G. *Desconversa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- Grillparzer, Franz. "Der Weg der neuern Bildung geht von Humanität durch Nationalität zur Bestialität". In: *Ausgewählte Briefe, Gespräche, Berichte*. Peter Frank, Karl Pörnbacher (orgs.), 2 v. München: Hanser, 1960.

- Henschke, Jens. "Der Bürgerkrieg von 1893-95 – Brennspegel der Widersprüche bei der Republikanisierung Brasiliens". In: Detlev Schelsky, Rüdiger Zoller (orgs.). *Brasilien: Die Unordnung des Fortschritts*, Frankfurt am Main: Vervuert, 1994, (Lateinamerika-Studien 33).
- Hobsbawm, Eric; Terence Ranger (orgs.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- Hobsbawm, Eric. *Nationen und Nationalismus. Mythos und Realität seit 1780*. Trad. do inglês de Udo Rennert. München: DTV, 1998.
- . *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- Kallscheuer, Otto / Claus Leggewie. "Deutsche Kulturnation versus französische Staatsnation?". In: Berding, Helmut (org.). *Nationales Bewusstsein und kollektive Identität. Studien zur Entwicklung des kollektiven Bewusstseins in der Neuzeit*, 2. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1996.
- Kluge, Friedrich, *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. Berlin: Walter de Gruyter, 1963.
- Machado, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: Um pensador social na Primeira República*. Goiânia/São Paulo: UFG/Edusp, 2002.
- Martins, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 7 v., São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977-79.
- Needell, Jeffrey D. *A Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the – Century Rio de Janeiro*. New Rochelle, Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1987.
- Nosso Século, 4 v., v. 1: 1900-1910: *A Era dos Bacharéis*. São Paulo: Abril, 1980.
- Oakley, Robert J. *The Case of Lima Barreto and Realism in the Brazilian 'Belle Epoque'*, Lewiston, New York: The Ewin Mellen Press, 1998.
- Pesavento, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- Prado, Antônio Arnoni. Lima Barreto: o crítico e a crise. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. "Lima Barreto personagem de João Antônio". In: Remate de Males, 1999.
- Preti, Dino. Sociolinguística: os níveis da fala. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In: Boris Fausto (coord.). O Brasil Republicano, 1 v., São Paulo: Difel, 1977 (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, v. 8).
- Resende, Beatriz. Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos. Rio de Janeiro: UFRJ/Campinas: Unicamp, 1993.
- Santiago, Silviano. "Uma ferroada no peito do pé (Dupla leitura de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*)". In: Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica de Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (coords.), Madrid/ Paris/ México/ Buenos Aires/ São Paulo/ Lima/ Guatemala/ San José de Costa Rica/ Santiago de Chile: ALLCA XX/ Scipione Cultural, 1997 (Colección Archivos 30).
- Sommer, Doris. Foundational Fictions: The National Romances of Latin America. Berkeley; Los Angeles; Oxford: University of California Press, 1997. República, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Santos, Afonso Carlos Marques dos (org.). O Rio de Janeiro de Lima Barreto. 2 v., Rio de Janeiro: Rioarte, 1983.
- Thiesse, Anne-Marie. A Criação das identidades nacionais: Europa – séculos XVIII-XX. Tradução do francês Sandra Silva. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- Wasserman, Renata R. Mautner. "Lima Barreto, the Text and the Margin: on *Policarpo Quaresma*". In: Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica de Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (coords.), Madrid/ Paris/ México/ Buenos Aires/ São Paulo/ Lima/ Guatemala/ San José de Costa Rica/ Santiago de Chile: ALLCA XX/ Scipione Cultural, 1997 (Colección Archivos 30).

Zilly, Berthold. "João Antônio e a desconstrução da malandragem". In: Ligia Chiappini, Antonio Dimas e Berthold Zilly (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp/Boitempo, 2000.

Resumo: (*A pátria entre paródia, utopia e melancolia*). O presente artigo traça o percurso de Lima Barreto como escritor marginal à sociedade elitista e decadente da Primeira República. O escritor oscilava entre o desejo de ser reconhecido pelas instituições literárias, tendo concorrido sem sucesso duas vezes à Academia Brasileira de Letras, mas paradoxal criticava e parodiava estas mesmas instituições consideradas retrógradas. A leitura aqui apresentada de *Policarpo Quaresma*, relacionando autor e personagem, contextualiza e detecta os procedimentos estéticos utilizados para exprimir o político em sua obra. Através do personagem nacionalista que formula planos de reforma cultural, econômica e política para o país, o autor mostra como o romance, entre sátira e paródia, desmascara diversos mitos nacionalistas, dentre eles a crença na fertilidade do solo brasileiro, o que leva o protagonista a engendrar uma malograda reforma regional e nacional da agricultura. Policarpo, buscando uma pureza cultural, vai assumindo um patriotismo cada vez mais fanático, e Lima Barreto deixa entrever, assim, sua posição pessimista e crítica em relação às concepções iluministas da História, esboçando por outro lado um patriotismo social e um reconhecimento da importância da mestiçagem cultural.

Palavras-chave: Lima Barreto, cultura nacional, nacionalismo, pré-modernismo, agricultura.

Abstract: (*The fatherland between parody, utopia and melancholy*). This work focuses the trajectory of Lima Barreto as a marginal writer in the elitist and decadent society of the Brazilian First Republic. The writer desired recognition

from literary institutions, having run twice as a candidate for the Brazilian Academy of Literature, but at the same time, paradoxically, he criticized these institutions which he considered retrograde, and wrote parodies about them. This article relates the character *Policarpo Quaresma* to the novel's author, focusing and contextualizing the aesthetical procedures that Barreto used to express political subjects. By means of a nationalist character who proposes cultural, economical and political reforms for the country, the novel, which stands between the parodical and the satirical, unveils various nationalist myths, such as the belief in the great fertility of Brazilian soils. The novel's main character sets forth a regional and national reform of agriculture, which proves unsuccessful. Policarpo, searching for cultural purity, assumes a progressively fanatical nationalism, as Lima Barreto shows his pessimist and critical stance towards illuminist conceptions of history, as well as his social patriotism and the recognition of the importance of cultural mixture.

Key words: Lima Barreto, national culture, nationalism, premodernism, agriculture.